

Processo nº 05772-2005-034-12-00-2 - Juíza Ligia M. Teixeira Gouvêa - DJ/SC de 1º.11.2006, p. 70.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ADMISSÃO IRREGULAR DE EMPREGADOS PÚBLICOS TEMPORÁRIOS. COMPETÊNCIA MATERIAL. LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*. LIMITES DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. I - A Justiça do Trabalho é competente para apreciar pedido referente a vínculo empregatício estabelecido com a Administração Pública, independente do rótulo que lhe seja atribuído pelo ente contratante. O que importa, nesse contexto, é a natureza da pretensão formulada pelo demandante (celetista ou estatutária). II - O Ministério Público do Trabalho possui legitimidade *ad causam* para impetrar ação civil pública voltada à proteção de trabalhadores lesados por ato da Administração Pública que admite pessoal temporário sem realização de concurso público, forte nos arts. 129, III, da Constituição, 83, III, da Lei Complementar nº 75/93 e da Lei nº 7.347/85. **III - Em que pese a irregularidade de contratação temporária realizada pela Administração, não pode o Judiciário, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes, impor ao ente público prazo para a realização de concurso destinado ao preenchimento de seu quadro pessoal.** IV - A declaração de inconstitucionalidade da lei que dá suporte à contratação temporária, de per si, faz com que o contingente de pessoas por ela regidas passe à condição de ilegalidade, sendo nulos seus contratos de trabalho.